

Feriados podem gerar perda de até R\$ 500 mi ao varejo em 2026

Sindivarejista aponta que calendário acende um sinal de alerta para o comércio

O calendário de feriados nacionais de 2026 acende um sinal de alerta para o comércio varejista de Campinas. Com pelo menos 11 possibilidades de emendas com fins de semana, além dos pontos facultativos de Carnaval e Corpus Christi, o impacto sobre o faturamento do setor tende a ser ainda mais significativo no próximo ano.

De acordo com estimativas do Sindivarejista Campinas, elaboradas a partir de um estudo estadual da FecomercioSP, os feriados prolongados podem resultar em uma perda potencial de até R\$ 500 milhões em faturamento bruto ao varejo campineiro ao longo de 2026.

Segundo o economista do Sindivarejista Campinas, Jaime Vasconcelos, o principal fator por trás desse impacto negativo é a redução do fluxo de consumidores nos estabelecimentos comerciais durante os feriados prolongados.

“Nesses períodos, parte da população reduz seu trânsito pela cidade ou viaja para outras regiões, priorizando lazer e turismo. Isso provoca uma desaceleração relevante das vendas, especialmente aquelas ligadas ao consumo não planejado”, explica.

O economista ressalta que o efeito é sentido de forma mais intensa em segmentos dependentes



Divulgação

Neste ano, serão ao menos 11 feriados, com possibilidade de emendas com os finais de semana

da circulação diária de pessoas, como postos de combustíveis, lojas de vestuário, calçados e até mesmo setores considerados essenciais, como supermercados e farmácias.

“Quando olhamos o impacto agregado, ele se torna ainda mais elevado em um contexto econômico marcado por consumo mais cauteloso, juros altos e orçamento familiar pressionado”, analisa Vasconcelos.

Campinas, por concentrar um dos maiores e mais diversificados

polos comerciais da região, acaba absorvendo de maneira mais intensa os efeitos do calendário de feriados. Diferentemente de cidades com forte vocação turística, o município não se beneficia, na mesma proporção, do aumento do fluxo de visitantes nessas datas, o que limita a capacidade de compensação das perdas.

Diante desse cenário desafiador, o Sindivarejista Campinas avalia que o planejamento empresarial em 2026 será ainda mais estratégico para a sustentabilidade

de dos negócios. A concentração de feriados e emendas ao longo do ano tende a gerar descontinuidade no fluxo de consumidores, redução pontual das vendas e aumento de custos operacionais.

Para Jaime Vasconcelos, a antecipação é fundamental. “Medidas como o aprimoramento da gestão de estoques, com maior precisão no planejamento de compras e adequação dos volumes à demanda real, ajudam a reduzir o risco de capital imobilizado em períodos de menor

giro”, afirma. Ele também destaca a importância da revisão das escalas de trabalho e dos modelos de funcionamento das lojas, buscando equilibrar custos e qualidade no atendimento.

Outra estratégia apontada pelo Sindivarejista é o fortalecimento dos canais digitais, como e-commerce próprio, marketplaces e vendas via redes sociais, que podem compensar parte das perdas nos dias em que as lojas físicas estão fechadas ou com menor movimento. Além disso, ações promocionais e campanhas de comunicação antes dos feriados tendem a estimular compras antecipadas e suavizar os impactos ao longo do ano.

A presidente do Sindivarejista Campinas, Sanae Murayama Saito, ao comentar o cenário, reforça a importância de atenção redobrada por parte dos empresários do setor. “O calendário de 2026 exige planejamento, criatividade e gestão eficiente. Nosso papel é orientar os varejistas para que transformem esse desafio em oportunidades, preservando empregos, competitividade e a sustentabilidade dos negócios”, destaca, ao reforçar o compromisso da entidade em apoiar o comércio local diante de um ano que já se desenha como complexo para o varejo.

Após sanção de Lula, vereadores cobram

Por Moara Semeghini

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, na última semana, a lei que autoriza o pagamento retroativo de direitos de servidores públicos suspensos durante a pandemia de covid-19. A medida permite a recomposição de vantagens vinculadas ao tempo de serviço que haviam sido congeladas por legislação aprovada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A nova norma alcança servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que decretaram estado de calamidade pública entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. No entanto, a lei não impõe pagamento automático nem imediato: a recomposição está condicionada à disponibilidade orçamentária de cada ente federativo, à estimativa de impacto financeiro e à autorização por meio da legislação local, preservando as regras de responsabilidade fiscal.

Em Campinas, a sanção presidencial provocou movimentação na Câmara Municipal. Vereadores passaram a cobrar da Prefeitura providências para que o município aplique a lei e restabeleça os direitos dos servidores municipais afetados pelo congelamento durante a pandemia.

Há uma semana, o vereador Gustavo Petta (PCdoB) protocolou requerimento questionando o Executivo sobre o cumprimento da legislação federal. Segundo o parlamentar, a lei sancionada por Lula devolve aos municípios a autonomia para decidir sobre a recomposição do tempo de serviço, mas exige iniciativa do prefeito. “O prefeito precisa tomar a iniciativa, seja por decreto ou até por um projeto de lei”, explicou Petta. “Nós fizemos um requerimento questionando a Prefeitura se ela vai fazer isso e quando vai fazer, para respeitar o direito dos servidores que foram desrespeitados com o congelamento de benefícios como licença-prêmio

e outros”, completou. Ainda segundo Petta, a Câmara discute o descongelamento para os próprios servidores do Legislativo, enquanto aguarda uma resposta oficial do Executivo sobre os funcionários da administração.

Na segunda-feira (19), a vereadora Fernanda Souto (PSOL) também apresentou uma Indicação à Prefeitura de Campinas solicitando que o Executivo determine providências para o cumprimento da Lei Complementar nº 226. O pedido é direcionado ao prefeito Dário Saadi. Souto defende a recomposição do tempo de serviço que ficou congelado durante a pandemia, período que somou 583 dias e que “trouxe prejuízos diretos aos servidores municipais, afetando benefícios vinculados ao tempo de trabalho”.

Procurada, a Prefeitura de Campinas informou, por meio de nota, que “as secretarias envolvidas estão analisando os impactos da nova lei federal”.



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Lei federal autoriza pagamento retroativo para servidores